

Richa: "Não houve capitulação"

por Milton Wells
de Porto Alegre

O governador do Paraná, José Richa, rejeita a interpretação segundo a qual o governo teria sofrido um desgaste ao não permitir a aprovação da subemenda Jorge Uequet (anistia ampla, geral e irrestrita). Afirma que o País vive um período de transição para a democracia, o que pressupõe a negociação de toda conquista política. "Sem isto, o atual equilíbrio institucional ficaria rompido", observou. Richa também não concorda com a tese de que os militares compeli-ram o governo a assumir uma posição contrária ao dispositivo do parlamentar gaúcho. Disse que houve um acordo apenas no que se refere à parte técnica da questão, mas não em ter-

mos políticos. "Não houve capitulação do governo Sarney para os militares", assegura Richa.

Defensor da convocação de uma Constituinte exclusiva, o governador do Paraná acha que o governo pode e deve buscar uma fórmula conciliatória. A primeira questão a ser abordada seria a participação dos senadores remanescentes das eleições de 1982 e que devem ser incluídos na Constituinte. Outra seria a imediata revogação da legislação eleitoral implantada, através do "pacote" de abril de 1977, pelo ex-presidente Ernesto Geisel. Ele concorda que a proporção de votos para eleger deputados e senadores favorece, no momento, ao Nordeste, colocando a reforma eleitoral como

pré-requisito da Constituinte congressional.

ELEIÇÕES

O PMDB precisa ganhar as eleições para poder continuar com seu programa social, disse Richa. A seu ver, as próprias contradições do partido no Congresso refletem a preocupação de mostrar-se coerente com o discurso político, qualificando a vitória eleitoral como imprescindível para a continuidade do programa da Aliança Democrática. "Não é possível que, sete meses depois de ter conquistado a democracia, sejamos repelidos pelo povo", observou. Ele apontou como um retrocesso a eventual vitória de Jânio Quadros em São Paulo, mas admitiu que no Rio de Janeiro o melhor candidato pertence ao PDT, o senador Roberto Saturnino Braga. Mas explicou:

"O senador é um velho conhecido meu e se configura num respeitável homem público. Isto, no entanto, não quer dizer que sua vitória será a vitória de Brizola, pois Saturnino não é um brizolista convicto."

Richa assegurou que o PMDB deve vencer no Paraná e na maioria das capitais. Em Porto Alegre, ele

participou, juntamente com o deputado Dante de Oliveira, de gravações que serão utilizadas no espaço eleitoral pelo candidato à prefeitura de Porto Alegre, pelo PMDB, Francisco Carrion Júnior. Ontem, aliás, o PMDB gaúcho viveu um dia de festa. Pela manhã, com a presença do ministro da Agricultura, Pedro Simon, e toda a cúpula regional, assinou ficha partidária o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Luiz Octávio Vieira.

PESQUISA

A última pesquisa do Instituto Gallup, a ser publicada na imprensa antes das eleições, deverá refletir um novo avanço do candidato pemedebista à prefeitura de Porto Alegre. A expectativa é do próprio candidato Carrion Júnior. Ele acha que a redução para até 3 pontos percentuais de sua diferença em relação ao candidato do PDT, Alceu Collares, lhe concederá maior confiança na alteração do atual quadro político no Rio Grande do Sul. No momento, de acordo com o Gallup, Collares mantém 40% da preferência, diante de 33% dados a Carrion Júnior.

Deputado vê influência de ministros militares

O deputado federal Dante de Oliveira (PMDB), autor da emenda das diretas, condenou ontem as manifestações dos ministros militares contra a volta de cassados à ativa, que, a seu ver, influenciaram para que o Congresso rejeitasse a emenda que previa anistia ampla e irrestrita, apresentada pelo deputado Jorge Uequet. De licença desde junho para concorrer à prefeitura de Cuiabá, Dante de Oliveira disse que, se estivesse em plenário, votaria a favor da emenda por entender que "a democracia deve atingir a todos", segundo a Agência Globo.

"A anistia ampla e irrestrita era um requisito que, no meu entender, seria passo importante para caracterizar o processo de transição. Infelizmente, temos de acatar a decisão soberana do Congresso Nacional."

Para Dante, o PMDB deverá vencer as eleições de novembro em quinze ou até dezessete capitais brasileiras. Na sua opinião, as disputas mais difíceis são justamente em Porto Alegre e na sua cidade. Justificou que, em Cuiabá, o PMDB enfrenta o PDS "mais reacionário do Brasil, pois lá se uniram os malufistas com o PDT".

Para Simon, o Congresso agiu com independência

por Jane Filipon
de Porto Alegre

O Congresso Nacional nunca agiu com tanta independência, na opinião do ministro da Agricultura, Pedro Simon, ao votar a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e a subemenda do deputado Jorge Uequet (PMDB-RS), que altera o artigo 4º do substitutivo Valmor Giavarina e concede anistia ampla, inclusive para os militares.

A derrota da subemenda não ocorreu por coação, conforme Simon. "Cada deputado votou de acordo com sua consciência e o meu partido, o PMDB, não fez reuniões para intimidar ninguém."

Segundo ele, a Constituinte exclusiva é a grande fórmula. "Respeito e admiração ao trabalho da OAB e da CNBB, neste sentido, mas

tenho dúvidas de que o candidato avulso, em vez de independente, passe a representar corporações." Simon reconhece que as intenções das entidades que defendem a Constituinte exclusiva "são puras, mas não integram a nossa tradição".

O governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, acha que a anistia ampla é necessária, mas que a política, às vezes, precisa seguir o bom senso. Ele, porém, ressalvou que, se existia um acordo de que militares punidos não seriam reintegrados às Forças Armadas, os compromissos devem ser preservados. Soares não acredita que a subemenda, uma vez derrotada, possa trazer problemas políticos mais sérios. E tampouco refletir nas eleições para as prefeituras municipais no dia 15 de novembro.